

A LEITURA HISTÓRICA DO ERRO COMO BASE DE NOVAS PERSPETIVAS DE INVESTIGAÇÃO:

OS DOCUMENTOS COPIADOS NA ORDEM DE CRISTO NO SÉCULO XVI

JOANA LENCART*

Resumo: Os documentos da Ordem de Cristo, copiados no século XVI, mas que remontam à instalação dos Templários no nosso território, constituíram o nosso objeto de estudo. A avaliação do seu conteúdo e a deteção de erros de leitura permitiram abrir novas perspetivas de investigação histórica. Paralelamente, há descrições arquivísticas que induzem em erro os investigadores em virtude de conterem informação inexata, e só uma leitura atenta dos documentos permite detetar esses lapsos. Os avanços tecnológicos permitem disponibilizar imagens de documentos de grande qualidade. Neste sentido, os estudiosos, sobretudo da história medieval e moderna, deveriam ser impelidos a divulgar essas fontes históricas, com forte impacto para o avanço da investigação.
Palavras-chave: Erro histórico; Fontes medievais; Perspetivas de investigação; Ordem de Cristo.

Abstract: The documents of the Order of Christ, copied in the 16th century, but dating back to the installation of the Templars in our territory, were the object of this paper. The evaluation of its contents and the detection of misreading allowed us to open new perspectives on historical investigation. At the same time, there are archival descriptions that mislead researchers because they contain inaccurate information, and only a close reading of the documents allows us to detect those lapses. Technological advances enable us to provide high quality images of the documents. In this sense, scholars, especially from medieval and modern history, should be encouraged to disclose these historical sources, with a strong impact on the progress of research.

Keywords: Historical error; Medieval sources; Perspectives of investigation; Order of Christ.

Nenhum povo pode ser conhecedor da sua História se não tiver acesso aos documentos, às fontes que revelam a informação que se pretende investigar e, conseqüentemente, divulgar.

O presente trabalho resulta da investigação desenvolvida ao longo da nossa tese de doutoramento, intitulada *Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no século XVI*. Assim, o acesso a determinados documentos originais permitiu-nos constatar que havia erros nas transcrições e cópias de alguns deles, bem como falhas na descrição arquivística de outros. Pareceu-nos ser o *Encontro Erros meus, fortuna nossa: da falha como acerto* a oportunidade ideal para dar a conhecer algumas dessas situações, partindo sempre do pressuposto de que a leitura histórica do erro pode abrir novas perspetivas de investigação. Não é nosso propósito fazer aqui crítica documental das fontes históricas, mas apenas particularizar alguns cenários com que nos deparamos no decurso da nossa investigação. Neste sentido, o nosso objetivo é dar a conhecer algumas incorreções históricas que estiveram na base de novas perspetivas de investigação.

* CEPESE. joana.lencart@icloud.com.

No nosso entender, a História deve ser compreendida como memória de uma realidade passada que se pretende divulgar e projetar para o futuro. Porém, será sempre uma memória fragmentada porque apenas dispomos de parcelas do conhecimento desse passado, as quais são designadas como fontes históricas. E o avanço histórico depende da divulgação dessas fontes, a par da sua publicação, e da interpretação que delas fazemos.

O Historiador, sobretudo de épocas mais recuadas, precisa de tempo e de conhecimentos paleográficos, pois a sua pesquisa incide sobre textos — fontes — originais e cópias que é preciso ler, datar, ordenar e interpretar. Precisa, também, de comparar documentos que versam o mesmo assunto. Daqui resulta uma narrativa enquadrada nas condições políticas, nas infraestruturas económicas e sociais e nos modelos culturais da época estudada, com o objetivo de a tornar inteligível aos olhos dos atuais leitores. Narrativa essa, apesar de tudo, sempre imperfeita, porque, como diz Pedro Álvares, cronista da Ordem de Cristo, «nenhuma cousa feita por engenho de homens he tão perfeita e limada que depois de vista por muitos não se ache nella que emendar»¹.

Como a nossa tese de doutoramento versa a Ordem de Cristo, a maioria das fontes históricas por nós consultada é relativa a esta Ordem Religiosa e Militar, instituída pelo papa João XXII, e por intermédio de D. Dinis, em 1319, mas herdeira patrimonial dos Templários. Entre o acervo documental consultado encontra-se documentação tanto do cartório da própria instituição como proveniente das chancelarias pontifícia, régia e episcopal.

Outros fundos do arquivo nacional da Torre do Tombo foram também consultados, como por exemplo as *Gavetas*, o *Núcleo Antigo* e a *Leitura Nova*, com a intenção de localizar documentação relativa às Ordens do Templo e de Cristo. A *Leitura Nova* é uma coleção iniciada por ordem de D. Manuel e terminada já no reinado de D. João III, com o objetivo de preservar escrituras importantes que existiam no arquivo, tanto na chancelaria régia como noutros corpos documentais, e copiadas para livros monumentais feitos em pergaminho e quase todos iluminados². O *Livro dos Mestrados* pertence a essa coleção da *Leitura Nova*, e é, como o nome indica, relativo aos mestrados das três Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago contendo cópias de documentos existentes então na Torre do Tombo, e relativos a essas instituições. No que diz respeito às Ordens do Templo e de Cristo, foram copiadas para este *Livro* 306 escrituras (258 relativas à Ordem do Templo e 48 respeitantes à Ordem de Cristo). Contrariamente ao que muitas vezes acontecia, em que após a cópia o original era destruído, neste caso parece ter havido lugar à preservação de alguma da documentação incluída no *Livro dos Mestrados*, embora, na maior parte dos casos, esteja registada na chancelaria régia e/ou nos códices do fundo *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, também custodiado pelo arquivo nacional da Torre do Tombo. Porém, muitos originais foram localizados no fundo *Gavetas*, do mesmo arquivo. Confrontando as cópias transcritas neste *Livro dos Mestrados* com originais manuscritos ainda preservados na Torre do Tombo, verificámos que o escrivão, no exercício de transcrição, não leu o X aspado (X^L), com valor de 40, forma de datação já desconhecida no século XVI, alterando a data de mais

¹ BNE — mss. 406, fl. 4v.

² AZEVEDO & BAIÃO, 1905: 33.

de seis dezenas de documentos, o que representa mais de 1/5 das escrituras registadas, relativas às Ordens Militares do Templo e de Cristo. A título de exemplo, podemos citar documentos datados de 1122³, 1123⁴, 1124⁵, 1125⁶ e 1126⁷ que dizem respeito a doações aos Templários, quando, nesses anos, a Ordem do Templo ainda não estava implantada no nosso território (o primeiro documento que se conhece é de 1128). Por confronto com os originais preservados nas *Gavetas* podemos confirmar que não foi copiado o X aspado, da data, e que na realidade esses documentos datam de 30 anos mais tarde. Como exemplo, podemos citar duas doações de bens à Ordem do Templo, registadas no *Livro dos Mestrados* com as datas de 1122 e 1125, mas cujos originais guardados no fundo *Gavetas* da Torre do Tombo nos revelam tratar-se, na realidade, dos anos de 1152 e 1155.

TT, Livro dos Mestrados

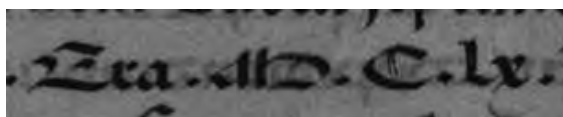


Figura 1 — ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 104r (ano 1122).

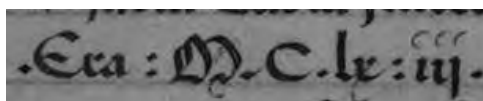


Figura 3 — ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 87v-88r (ano 1125).

TT, Gavetas



Figura 2 — ANTT — *Gaveta 7, mç 6, n.º 10* (ano 1152).

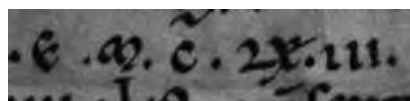


Figura 4 — ANTT — *Gaveta 7, mç. 3, n.º 24* (ano 1155).

Alguns escrivães deste *Livro dos Mestrados* também adulteraram a correta grafia de alguns topónimos e antropónimos, provavelmente pela dificuldade de ler os originais. Reitere-se, todavia, que o *Livro dos Mestrados* é uma obra de inegável valor histórico, pois só assim foi possível conservar a memória de inúmeros documentos, entretanto, desaparecidos.

Analisaremos agora um outro caso. O documento que insere a primeira Ordenação da Ordem de Cristo, feita em capítulo geral reunido em Santarém a 26 de novembro de 1319⁸. Sendo o fundo *Ordem de Cristo/Convento de Tomar* tão manuseado pelos investigadores desta instituição, como poderia este documento ter sido subvalorizado? A consulta do documento no arquivo da Torre do Tombo faz-se em microfilme, e na imagem da folha de papel que antecede o documento está registada a data — junho de 1321 —, que é pre-

³ ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 104r.

⁴ ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 47v.

⁵ ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 48v; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 79r; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 45v-46r; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 46r; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 48r; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 45v.

⁶ ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 87v-88r.

⁷ ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 45r; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 45r-45v; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 45v; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 46r-46v; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 46v; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 46v; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fl. 47r; ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*, fls. 47v-48r.

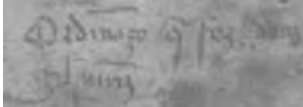
⁸ ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 2, n.º 2 (copiado em pública forma, de 28 de junho de 1321, pelo tabelião de Castro Marim); publ. LENCART, 2016: 121-126.

cisamente a data daquela que se pensava ser a primeira ordenação da milícia⁹. Porém, o documento que agora analisamos insere um outro de 1319. Na realidade, este elemento arquivístico que anota a data — 1321 — não está errado, porque a pública-forma data, de facto, de junho de 1321, mas não está indicado que insere um documento anterior. No entanto, este elemento, só por si, pode ter sido suficiente para induzir em erro os investigadores. No nosso caso, só lemos o documento porque queríamos confrontar uma versão da ordenação de 1321 com outra existente nesse fundo do arquivo nacional.



Figura 5 — ANTT — *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, Documentos Particulares, mc. 2 n.º 2.

Outros elementos deste manuscrito poderão ter sido, também, geradores de alguma indiferença por parte dos investigadores. No verso do manuscrito, leem-se algumas anotações que não levantam qualquer suspeita:



«Ordinação que fez Dom Gil Martinz».

«E he a constituição e ordenação do asento que Dom Gil Martins primeiro mestre que foi da Ordem de Nosso Senhor Jhesu Christo com seu convento fez do numero dos freires e cavaleiros e seus mantimentos e a repartição das comendas que se fizeram e outras cousas. depois fez outra tal o 2.º mestre Dom João Lourenço»

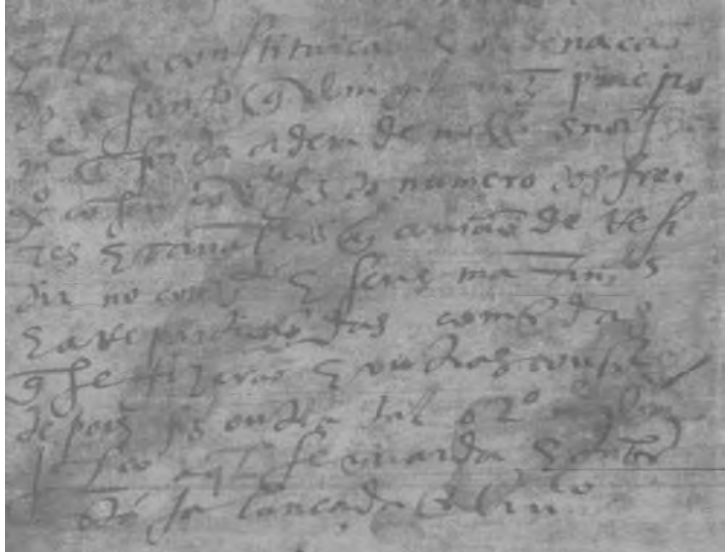


Figura 6 — ANTT — *Ordem de Cristo/ Convento de Tomar*, Documentos Particulares, mc. 2 n.º 2 (verso).

Esta última anotação é reveladora de como um comentário, ou apontamento, pode ser responsável por um erro histórico. Na realidade, conhecia-se uma ordenação de D. Gil Martins, de 1321, e uma de D. João Lourenço, de 1326. Mas o que se veio a esclarecer é que, além da ordenação de D. Gil Martins, de 1321, também havia uma de 1319; e de D. João Lourenço, além da de 1326, também há uma outra ordenação de 1323¹⁰, igualmente inédita, e que se localizou, igualmente, neste fundo *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, Documentos Particulares.

⁹ Ordenação de 11 de junho de 1321 — publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 73, p. 142-150.

¹⁰ LENCART, 2016: 127-132.

Este pequeno acaso permitiu que se definissem novas perspetivas de investigação relativas aos textos normativos da Ordem de Cristo, nomeadamente no que diz respeito à distribuição patrimonial da Ordem na primeira década da sua existência¹¹.

Pedro Álvares Seco é autor, entre outros, do *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*¹², um cartulário que regista uma memória histórica desta instituição copiando documentação relativa à mesma, desde a instalação dos Templários no reino até finais do século XVI, cópias frequentemente acompanhadas de sumários, mais ou menos longos, e de reflexões da sua autoria. Porém, este cronista da Ordem também não conheceria o valor do X aspado, em virtude de não ter sido copiado em diversos documentos e incorrendo em erros nas suas dissertações. Por exemplo, o cronista data a fundação do castelo de Tomar do ano 1130¹³, o que na realidade discorre numa má leitura da data de um documento, no caso uma epígrafe¹⁴. Tomar foi doada aos Templários por D. Afonso Henriques em fevereiro de 1159¹⁵, e no ano seguinte, em 1160, D. Gualdim Pais iniciaria a edificação do castelo¹⁶.

Ainda outro exemplo, registado por Álvares Seco no *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*, sustenta esta reflexão. O cronista datou a carta de foral que o Mestre D. Gualdim concedeu à vila da Redinha de 1129, mas na realidade a doação é de 1159, como se pode confirmar pelo original ainda conservado no fundo *Núcleo Antigo* da Torre do Tombo.

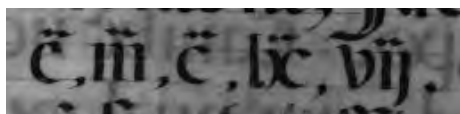


Figura 7 — 1129.06 — D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo, doa foral à vila de Redinha (ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 135v-136r).

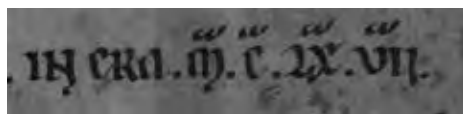


Figura 8 — 1159.06 — D. Gualdim Pais, Mestre da Ordem do Templo, doa foral à vila de Redinha (ANTT — *Núcleo Antigo* 363; publ. PMH. *Leges*, vol. I, p. 386).

O cronista da Ordem de Cristo, que continuamos a avaliar, deixa também transparecer alguma confusão na datação de documentos pontifícios, como é o caso da bula *Devotionis vestre sinceritas*¹⁷, que Álvares Seco atribui a Bento XII, em 1337¹⁸, mas que se

¹¹ Entre 1319 e 1326 há uma diminuição clara dos núcleos que constituem a propriedade da Ordem de Cristo (59 topónimos em 1319; 56 em 1321, 51 em 1323 e 50 em 1326), o que significa que houve bens reagrupados e redistribuídos (LENCART, 2016: 113).

¹² ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234 e liv. 235.

¹³ ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fl. 1r.

¹⁴ «Epígrafe encastrada na parede dos paços designados por henriquinos, segundo a qual a edificação do castelo de Tomar começou no ano de 1160» (ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 2.ª parte, fls. 1r-1v; publ. BARROCA, 2000, vol. 2, tomo 1, n.º 188, p. 483-491).

¹⁵ ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 2, fls. 7v-8v (publ. *Monumenta Henricina*, vol. I, doc. 4, p. 10-12).

¹⁶ Facto relatado pelo cronista, apesar do erro cronológico (ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 2, fl. 12r). Mário Barroca data o início da construção do castelo de Tomar de 1 de março de 1160 (BARROCA, 1996/1997: 178).

¹⁷ Segundo a qual os cavaleiros de Calatrava deixam de usar o capelo e o substituem pela cruz de cor vermelha. O *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava* (1761, p. 227-228) atribui o documento a Bento XIII, bem como o *Índice de los documentos de la Orden Militar de Calatrava existentes en el Archivo Historico Nacional* (1899, p. 80). Também Francisco de Rades y Andrada atribuiu esta doação a Bento XIII (*Chronica de las tres Ordenes y cavallerias de Sanctiago Calatrava y Alcantara, Chronica de Calatrava*, cap. *Mudança del habito desta orden*, 1572, p. 7).

¹⁸ Na coleção *Monumenta Henricina*, vol. 1, doc. 83, p. 176-177, este documento também é atribuído a Bento XII e datado de 1337 (a fonte utilizada é o *Livro das Escrituras* de Pedro Álvares Seco).

revelou ser de Bento XIII, e de 1397, como confirma o Bulário da Ordem de Calatrava¹⁹. Na ilustração 9, lemos as palavras de Pedro Álvares que remetem claramente para o «papa Benedicto 12» e para a data «1337».

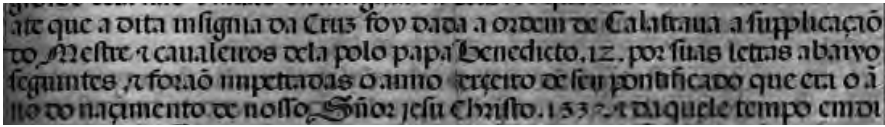


Figura 9 — ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fl. 47r.

Já o Bulário da Ordem de Calatrava publica a mesma bula com a data de 1397, e atribuindo-a a Bento XIII, como vemos na imagem abaixo.

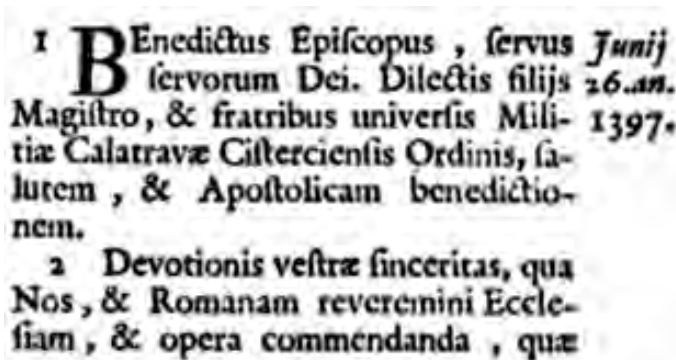


Figura 10 — *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, 1761, p. 227.

Como se sabe, os diplomas pontifícios apenas enunciam o nome do pontífice e o ano do seu pontificado «Benedictus episcopus servus servorum Dei [...]. Datum Avinionis VI kalendas julii. Pontificatus nostri anno tertio» e a confusão poderá ter advindo desta situação. Bento XII (eleito em 1334) era um papa de origem francesa, fora monge cisterciense, e residira em Avignon; Bento XIII (eleito em 1394), ou Pedro de Luna, de origem aragonesa, foi um dos papas cismáticos de Avignon²⁰.

Podemos, de igual modo, destacar um outro documento copiado no *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*. Trata-se do acordo feito entre Fernando IV de Castela e D. Dinis não autorizando que o papa dispusesse dos bens da extinta Ordem do Templo nos reinos peninsulares, de 21 de janeiro de 1310, que o copista do *Livro das Escrituras* data de 1302²¹, quando nesta data ainda não se previa a supressão dos Templários, e que terá resultado de um lapso do escrivão, que não terá copiado uma palavra: «veynte e huum dias de henero era de mil e trezentos e quarenta [e oito] anos» (Fig. 1), como podemos conferir por confrontação com o original (Fig. 2).

¹⁹ *Bullarium Ordinis Militiae de Calatrava*, 1761, p. 227-228.

²⁰ Pedro Álvares teria conhecimento dos papas cismáticos, pois transcreve, também no *Livro das Escrituras*, um diploma do antipapa João XXIII (*Outra bulla do papa Joane 23*, ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 235, 4.ª parte, fl. 58r).

²¹ ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fls. 10v-11r.

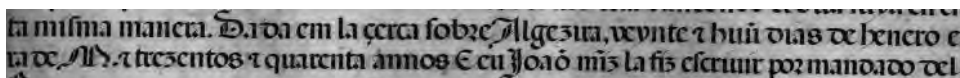


Figura 11 — ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 234, 1.ª parte, fl. 11r.



Figura 12 — ANTT — *Gaveta 7*, mç. 4, n.º 9.

Durante a nossa investigação conducente à elaboração da tese de doutoramento, também detetámos lapsos e falhas em diversas descrições arquivísticas. O *site* do Arquivo da Torre do Tombo representa uma mais-valia incontornável para os investigadores, em particular para aqueles que não têm a possibilidade de se deslocar com frequência a Lisboa. Ao longo dos últimos anos, tem sido feito um esforço notável para adicionar ao *site* informação que, de outro modo, só estaria disponível presencialmente. Paralelamente, assistimos ao grande investimento que tem sido feito para disponibilizar cada vez mais imagens de documentos. Porém, há informações, relativas a alguns dos documentos que consultámos, que induzem em erro os investigadores, nomeadamente, títulos que não correspondem à matéria abordada pelo documento, descrição do âmbito e conteúdo que diferem do que se lê no texto, bem como alguns erros na atribuição das datas. Vejam-se alguns exemplos:

- ANTT — *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo*, n.º 369: Foral de Soure, datado de 1081, mas é de 1111;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 3, n.º 13, datado de 1202, mas o documento não tem data;
- ANTT — *Gaveta 12*, mç. 5, n.º 29, datado de 1177, mas é de 1207;
- ANTT — *Gaveta 1*, mç. 2, n.º 18, datado de 1440, mas é de 1220;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 9, n.º 19, datado de 1252, mas é de 1222;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 1, datado de 1258, mas é de 1228;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 3, n.º 5, datado de 1261, mas é de 1231;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 38, sumário que não corresponde ao conteúdo (corresponde ao do documento ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 40);
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 40, sumário que não corresponde ao conteúdo (corresponde ao do documento ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 38);
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 9, n.º 27, datado de 1224, mas é de 1254;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 11, datado de 1245, mas é de 1255;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 18, datado de 1289, mas é de 1265;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 13, n.º 21, datado de 1267, mas é de 1269;
- ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 42, datado de 1271, mas é de 1281.

A maioria dos exemplos que citamos dizem respeito ao fundo *Gavetas* do arquivo nacional da Torre do Tombo, e os elementos arquivísticos parecem ter sido copiados da volu-

mosa publicação, com o título *As Gavetas da Torre do Tombo*²², respeitante a este fundo do arquivo. Publicação esta de inegável valor e que presta um valioso contributo aos investigadores, todavia com algumas lacunas, visto não destrinçar alguns dos documentos insertos — e, por isso, mais antigos — em escrituras mais recentes. Mas importa frisar que ao longo de 12 volumes publica documentos extraídos das 25 *Gavetas da Torre do Tombo* e sumaria, melhor ou pior, todos os milhares de escrituras que pertencem a esse fundo.

O fundo *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, também depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e descrito, parcialmente, no *site* do referido arquivo, nem sempre esclarece corretamente o investigador, em virtude de conter informações com incorreções. Por exemplo:

- O livro 232, que diz respeito ao *Tombo dos bens, rendas, direitos e escrituras do Convento de Tomar*, está descrito como sendo da Mesa Mestral²³;
- O livro 235, que corresponde ao segundo volume do *Livro das Escrituras da Ordem de Cristo*, está descrito como *Tombo das igrejas, padroados e direitos eclesiásticos da Ordem de Cristo*, no *site* da Torre do Tombo²⁴. A mesma informação pode-se ler no *Inventário da Mesa da Consciência e Ordens*²⁵;
- O livro 52 trata-se do livro das escrituras da vigairaria de Tomar, mas, no inventário da *Mesa da Consciência e Ordens*, está descrito apenas como «livro de notas do convento de Tomar», acrescentando-se, em nota de rodapé «escrituras de testamentos, aforamentos e de instituição de capelas, entre outras»²⁶. O *site* da Torre do Tombo nada acrescenta à informação do referido inventário²⁷;
- O livro 236. Segundo a informação disponibilizada *online* pela Torre do Tombo²⁸, e segundo as autoras do inventário da *Mesa da Consciência e Ordens*²⁹ o livro intitulado *Registo de tombos de diversas comendas* é da autoria de Pedro Álvares Seco. Porém, analisando o códice, verificámos, primeiro, que não tem os elementos estruturais que caracterizam as obras do referido autor³⁰. Constatámos também que a caligrafia remete para uma cronologia anterior, concretamente, para inícios do XVI, bem como o conteúdo do texto³¹.

²² *As Gavetas da Torre do Tombo*. Ed. de A. da Silva Rego, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1977, 12 vols.

²³ No *site* da Torre do Tombo esta obra está descrita como *Tombos dos bens, rendas e direitos e escrituras da Mesa Mestral da Ordem de Cristo na vila de Tomar* (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4608564>).

²⁴ <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4251248>.

²⁵ FARINHA & JARA, 1997: 230.

²⁶ FARINHA & JARA, 1997: 289, nt. 1.

²⁷ <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4677801>.

²⁸ *Registo dos Tombos das comendas de Castro Marim, Longroiva, Santa Maria, a Grande, entre outras*, organizado pelo Dr. Pedro Álvares Seco, e datado de 1570 (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4608566>).

²⁹ *Registo dos tombos de diversas comendas, organizado pelo Dr. Pedro Álvares Seco*, datado de 1570, e remetendo para nota de rodapé a enumeração das comendas descritas no manuscrito (FARINHA & JARA, 1997: 246 e nt. 3).

³⁰ Ver, sobre este livro, a nossa exposição em LENCART, 2018: 154-157.

³¹ O tomo relativo à comenda de Rio Frio, registada neste livro *Registo dos tombos das comendas* (ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 236, fls. 33v-96r) está publicado em *Tombos da Ordem de Cristo: Comendas do Noroeste (1504-[a.1510])*, 2008: 11-197, e, apesar de não estar datado, foi-lhe atribuído a data [a.1510], em virtude de os tombos terem sido feitos na sequência do capítulo geral da Ordem de Cristo, de 1503. Este elemento reforça a nossa perceção de este Tombo de diversas comendas ser um códice redigido no início do século XVI.

Como afirma José Mattoso, «a existência de arquivos bem arrumados, bem classificados e bem inventariados é a condição *sine qua non* da existência de uma História científica»³². Neste sentido, há ainda um longo caminho a percorrer na inventariação e catalogação da documentação à guarda dos arquivos e bibliotecas.

Os exemplos acima citados são suficientes para demonstrar que o investigador em história medieval tem que procurar consultar as fontes originais, os testemunhos que ainda existem, tentar confrontá-los com outros, e sujeitá-los à crítica histórica.

As publicações que transcrevem fontes medievais são de valor indiscutível e representam um avanço extraordinário da ciência histórica em Portugal, em geral, e da História Medieval em particular. Eventuais lacunas e pontuais falhas, apenas reafirmam a nossa percepção de que os documentos — originais e cópias — devem ser vistos e analisados pelos investigadores.

Aqueles que se dedicam à investigação do passado sentem que necessitam de fundamentar a sua atividade, e daí investirem na apresentação e divulgação de fontes, como corroboração do seu discurso. Não obstante, sabemos que, mesmo depois de uma obra terminada, continua a ter erros e «a achar nella que emendar», como escreve Pedro Álvares Seco³³.

Tudo tem dimensão histórica, e é passível de ser submetido a uma reflexão que beneficie da análise feita sobre a profundidade temporal, desde os factos à paisagem ou ao clima. O que torna algo objeto da História «não é o *facto* em si mesmo, mas o que ele eventualmente possa representar para o destino da humanidade»³⁴.

Devemos assim investir no acesso aos documentos depositados nos arquivos e bibliotecas. De nada serve um documento ao qual o investigador não tem acesso. É como se não existisse. Esta problemática é complexa e intrincada e está, de modo geral, dependente dos gabinetes de conservação e restauro dos arquivos e bibliotecas, genuinamente preocupados com a conservação da documentação, mas subvalorizando a intenção do investigador, focado no conteúdo dos textos. Tem de se encontrar um ponto de equilíbrio, pois não se pode proibir o acesso à documentação, mas também não se pode permitir que esta pereça. Obviamente, este trabalho de restauro e digitalização implica elevados recursos financeiros e tecnologia sofisticada, mas também uma dose elevada de dedicação e força de vontade de profissionais e colaboradores dos arquivos e bibliotecas, mas também da compreensão e colaboração dos leitores.

Concluindo, os documentos guardados nos arquivos foram produzidos por uma sociedade e, como tal, todos devemos ser seus beneficiários. O que pretendemos, enquanto investigadores, é ter maior facilidade de acesso às informações contidas nos documentos, evitando o «naufrágio da memória», nas palavras de Vitorino Magalhães Godinho³⁵. Em quatro anos de investigação, diversos documentos cujo acesso nos foi recusado, na Torre do Tombo,

³² MATTOSO, 2002: 116.

³³ BNE — mss. 406, fl. 4v.

³⁴ MATTOSO, 2002: 13. Também Armando Luís Carvalho Homem produz sérias reflexões sobre a historiografia portuguesa (HOMEM, 2017).

³⁵ GODINHO, 1991: 15-28.

por estarem em mau estado, foram, entretanto, sujeitos a restauro e digitalizados, estando já disponíveis para consulta *online*, permitindo o avanço da investigação histórica.

Assim se abrem novas perspetivas de investigação e avança a ciência histórica em Portugal.

FONTES DOCUMENTAIS

Biblioteca Nacional De España

BNE — mss. 406

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT — *Leitura Nova, Livro dos Mestrados*.

ANTT — *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 363 e 369*.

ANTT — *Gaveta 1*, mç. 2, n.º 18.

ANTT — *Gaveta 7*, mç. 3, n.º 5 e n.º 13.

ANTT — *Gaveta 7*, mç. 4, n.º 9.

ANTT — *Gaveta 7*, mç. 9, n.º 19 e n.º 27.

ANTT — *Gaveta 7*, mç. 10, n.º 1; n.º 11; n.º 18; n.º 38; n.º 40; n.º 42.

ANTT — *Gaveta 7*, mç. 13, n.º 21.

ANTT — *Gaveta 12*, mç. 5, n.º 29.

ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar, Documentos Particulares*, mç. 2, n.º 2 e n.º 5.

ANTT — *Ordem de Cristo/Convento de Tomar*, liv. 2; liv. 52; liv. 232; 234; liv. 235 e liv. 236.

FONTES IMPRESSAS E ESTUDOS

AS GAVETAS da Torre do Tombo (1960-1977). Ed. de A. da Silva Rego, 12 vols., Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 12 vols.

AZEVEDO, Pedro A. de; BAIÃO, António (1905) — *O Archivo da Torre do Tombo: sua história, corpos que a compõem e organização*. Lisboa: Annaes da Academia de Estudos Livre.

BARROCA, Mário Jorge (1996/1997) — *A Ordem do Templo e a Arquitectura Militar Portuguesa no século XII*. «Portugália», Nova Série, 17-18, p. 171-209. Disponível em <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3860.pdf>>. [Consultado em 04.06.2018].

____ — *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, 3 vols. Disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/55736?mode=full&submit_simple=Mostrar+registo+em+formato+completo>. [Consultado em 04.06.2018].

BULLARIUM *Ordinis Militiae de Calatrava* (1761). Ed. de D. Ignacio Jose Ortega y Cotes, D. Juan Francisco Alvarez de Baquedano e D. Pedro de Ortega Zuñiga y Aranda. Madrid: Typographia de Antonio Marin.

FARINHA, Maria do Carmo; JARA, Anabela Azevedo (1997) — *Mesa da Consciência e Ordens: inventário*. Lisboa: IAN/TT.

GODINHO, Vitorino Magalhães (1991) — *O naufrágio da memória nacional e a nação no horizonte de marketing*. In BETHENCOURT, Francisco; CURTO, Diogo Ramada, eds. — *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, p. 15-28.

HOMEM, Armando Luís Carvalho (2017) — *O Rei e a Lei. Estudos de História Institucional da Idade Média Portuguesa (1279-1521)*. Porto: U. Porto Edições.

- INDICE de los documentos de la Orden Militar de Calatrava existentes en el Archivo Historico Nacional*. Madrid: Establecimiento Tipografico de Fortanet, 1899.
- LENCART, Joana (2016) — *As ordenações inéditas da Ordem de Cristo de 1319 e de 1323: estudo comparativo com as ordenações de 1321 e 1326*. «População e Sociedade», n.º 26. Porto: CEPES, p. 121-126. Disponível em <<http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade-n-o-26>>. [Consultado em 04.06.2018].
- ____ (2018) — *Pedro Álvares Seco: a retroprojeção da memória da Ordem de Cristo no séc. XVI*. Porto: Universidade do Porto. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em <https://catalogo.up.pt/F/?func=full-set-set&set_number=004353&set_entry=000001&format=999>. [Consultado em 04.06.2018].
- MATTOSO, José (2002) — *A escrita da História*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MONUMENTA Henricina*. Coimbra: Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- RADES Y ANDRADA, Francisco (1572) — *Chronica de las tres Ordenes y Cavallerias de Sanctiago, Calatrava y Alcantara*. Toledo: Juan de Ayala.
- TOMBOS da Ordem de Cristo: Comendas do Noroeste (1504-[a.1510])*. Ed. de Iria Gonçalves, Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2008, vol. 8.

